



Pistrak: uma pedagogia socialista*

MAURÍCIO TRAGTENBERG**

Pistrak situa-se na linha dos grandes educadores, como Pavel Blonsky, Nadéjda Krupskaja e Vassili Lunatcharsky. Apesar disso, durante o stalinismo, a sua importância foi ofuscada pela emergência de Makarenko, como o “grande educador soviético”. Isso não foi accidental: Makarenko fundou uma pedagogia sem escola, nascida das trágicas circunstâncias da Guerra Civil que gerou milhares de jovens associais – razão pela qual, ele tem pouco a dizer a respeito da escola. O fato dele aparecer como “o grande pedagogo” deve-se à burocratização do processo revolucionário e ao deslocamento do poder que se deu, especialmente após o esmagamento da revolução ucraniana de Makhno e dos marinheiros de Kronstadt.

O presente livro é fruto do trabalho pedagógico desenvolvido na Escola Lepechinsky e do contato com outras escolas primárias e demais instituições infantis. Pistrak soube ultrapassar o questionamento dos métodos para enfrentar os problemas da finalidade do ensino, extraindo daí todas as

consequências. Percebia com toda clareza que uma pedagogia concebida para formar vassallos era inadequada para formar cidadãos ativos e participantes da vida social.

Já na época das revoluções burguesa – e em particular da Revolução Francesa, no período da Convenção – a burguesia percebeu que a pedagogia dos oratorianos, jesuítas e dos irmãos das escolas cristãs vinculadas ao “Antigo Regime” era inadequada à formação do cidadão, categoria com que a burguesia francesa fez seu ingresso na história. Daí, as medidas que ela tomou para suprimir a aristocracia do saber e do poder, criando um conselho de pais de família eleitos pela “base”, que institucionalizasse a participação dos pais na escolha dos professores e na administração da escola, definindo as condições em que se operaria a igualdade de oportunidades garantida pelo ensino gratuito, obrigatório e leigo. Criavam-se as condições para que se desse a alternância da teoria com a prática e a abertura permanente ao social, através da

* Texto publicado como Introdução in: PISTRÁK. Fundamentos da Escola do Trabalho; Trad. de Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 07-23.



** *In memoriam*

MAURÍCIO TRAGTENBERG foi cientista político e professor do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.



participação dos alunos na organização interna da escola, e da instituição de formas de disciplina no aprendizado constante, pela prática de responsabilidades em função dos direitos e deveres que formariam o novo cidadão.

Da mesma forma, a Revolução Russa, criando novas relações sociais entre os homens, necessitava de um novo tipo de homem para assumi-la – daí a importância da renovação dos métodos de ensino. A ideia básica de uma nova sociedade que realizaria a fraternidade e a igualdade, o fim da alienação, era uma imensa esperança coletiva que tomou conta da sociedade soviética entre 1918 e 1929. Neste período, a Revolução Russa era uma esperança que ainda não havia sido enterrada pela hegemonia da burocracia de Stalin, a qual reduziria o projeto revolucionário soviético a uma política de industrialização, convertendo os soviets em meros “aparelhos do Estado” e orientando o próprio Estado aos seus interesses particulares, como se fosse sua “propriedade privada”.

A visão educacional de Pistrak é concomitante ao período de ascenso das massas na Revolução Russa, a qual exigia a formação de homens vinculados ao presente, desalienados, mais preocupados em criar o futuro do que cultivar o passado, e cuja busca do bem comum superasse o individualismo e o egoísmo. Através de Pistrak, tem-se o projeto da revolução soviética no plano da educação, especialmente no nível do ensino primário e secundário. No entanto, muitos educadores na época acharam que poderiam desenvolver nas velhas formas pedagógicas os novos conteúdos revolucionários, passando a ensinar a respeito da desalienação e da liberdade de igual forma como aqueles que analisavam as vantagens da submissão e do caráter sacral da autoridade: em suma, pretendiam “corrigir” as velhas teorias

pedagógicas reciclando-as ante a nova situação.

Pistrak percebia que isso era insuficiente numa época revolucionária, e enfatizava a necessidade de criar uma nova instituição escolar na sua estrutura e no seu espírito, suprimindo a contradição entre a necessidade de criar um novo tipo de homem e as formas da educação tradicional. Isso implicava uma profunda mudança na instituição escola, pois esta – Pistrak tinha plena consciência – transmite um conteúdo implícito significativo que devia ser questionado. Intuíra Pistrak que o fundamental nas instituições decorre muito mais de uma prática não verbalizada do que do conjunto dos enunciados solenes de que ela se faz porta-voz.

Para fugir dos hibridismos e acomodações, Pistrak preferiu optar pela criação de uma nova instituição no lugar da transformação da velha estrutura. Para isso, utilizou os meios de que dispunha: a ênfase nas leis gerais que regem o conhecimento do mundo natural e social, a preocupação com o social, a preocupação com o atual, as leis do trabalho humano, os dados sobre a estrutura psicofísica dos educandos, o método dialético que atua como uma força organizadora do mundo. A “Escola do Trabalho” estava definida.

Ele se preocupava em desenvolver no professor a criatividade pedagógica, sem o que a nova escola seria impossível. Seu objetivo não era o de formular uma teoria comunista da educação, mas estruturar os enunciados surgidos no contexto da prática escolar à luz do método dialético. Procurou ele introduzir a dimensão política no trabalho pedagógico, em consonância com os objetivos centrais da Revolução Russa no plano socioeconômico – e nisso segue a esteira dos grandes educadores para quem a



política sempre existiu nas instituições de ensino. Tais preocupações estavam em consonância com a formulação de Lenin que, no I Congresso de Ensino a 25/08/1918, enfatizava: “Nosso trabalho no domínio escolar consiste em derrubar a burguesia e declaramos abertamente que a escola fora da vida, fora da política, é uma mentira e uma hipocrisia”. A isto, acrescenta Pistrak: “sem teoria pedagógica revolucionária não poderá haver prática pedagógica revolucionária” (p. 29).

Pistrak privilegia a teoria marxista como uma nova arma capaz de garantir a transformação da escola, desde que oriente a prática do trabalho escolar; ela se tornará ativa e eficaz na medida em que o professor anunciar os valores de um militante socialista ativo. Mas não há uma resposta à pergunta “onde está a teoria comunista da educação?” Argumenta Pistrak que seu objetivo não é formular uma teoria, mas o de analisar seu surgimento em decorrência de uma prática escolar guiada pelo método dialético. A Escola do Trabalho é apenas o resultado da prática pedagógica, a sistematização de uma experiência concreta.

Pistrak concebe a Escola do Trabalho como um instrumento que capacite o homem a compreender seu papel na luta internacional contra o capitalismo, o espaço ocupado pela classe trabalhadora nessa luta e o papel de cada adolescente, para que cada um saiba, no seu espaço, travar a luta contra as velhas estruturas. A Escola do Trabalho fundamenta-se no estudo das relações do homem com a realidade atual e na auto-organização dos alunos. Uma vez que a realidade atual se dá na forma da luta de classes, trata-se de penetrar essa realidade e viver nela – daí a necessidade de a escola educar os jovens conforme a realidade do momento

histórico, adaptando-se a ela e, por sua vez, reorganizando-a.

O estudo dos fenômenos naturais e da sua utilização na indústria deve buscar a superação da antiga atitude contemplativa ante as ciências naturais; a realidade deve ser estudada como processo em desenvolvimento, como um processo dialético. Em consequência, Pistrak prega o ensino pelo “método dos complexos”, pelo qual se estudam os fenômenos agrupados, enfatizando a interdependência transformadora, essência do método dialético. Isso o leva a enfatizar o princípio ativo e a aplicação do princípio da pesquisa ao trabalho escolar, condição para a transformação do conhecimento em concepções ativas.

Para Pistrak estudar a realidade histórica, o atual, significa situar o espaço do adolescente na luta que se trava no mundo. Nesse sentido, a finalidade do conteúdo do ensino consiste em armar o educando para a luta e criação de uma nova sociedade. O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade socialmente útil. Para Pistrak, se a escola deseja educar a criança e o adolescente, ela tem o direito de falar em formação e direção das preocupações dos educandos para uma finalidade determinada. Por isso, ele também acentua a importância da Juventude Comunista e do Movimento Comunista de Crianças.

A construção de uma nova sociedade, conforme o ideário inicial da Revolução Russa, implicava que ela fosse feita “de baixo para cima”. Para isso, acentua Pistrak, é necessário que cada membro ativo da sociedade compreenda o que é preciso construir e de que maneira é necessário fazê-lo. Tal postura leva à valorização do trabalho coletivo e à criação de formas organizativas eficazes. Para ele, a aptidão do trabalho coletivo é



adquirida no processo do próprio trabalho. É necessário saber quando é preciso mandar ou obedecer, e isto se consegue através da auto-organização dos educandos, em que “todos, na medida do possível, ocupem sucessivamente todos os lugares, tanto as funções dirigentes como as funções subordinadas” (p.41). Isso só será atingido se a auto-organização for admitida sem reservas. Conhecimento do real e auto-organização são chaves da nova escola, inserida na luta pela criação de novas relações sociais.

No início da revolução, porém, o trabalho na escola era desenvolvido através da escultura, desenho, trabalho com papelão, diferentes tipos de modelagem; a isso acrescenta-se o trabalho físico produtivo com a criação de oficinas. Não havia nenhum plano de conjunto e o trabalho era auxiliar para o programa de estudos. Na falta de uma diretriz comum, o trabalho manual e intelectual eram independentes entre si: trabalho e aula não possuíam canais de comunicação. O trabalho não era inserido no problema geral do trabalho infanto-juvenil na sociedade socialista.

Por outro lado, para Pistrak, o trabalho aparece como estudo do trabalho socialmente útil que determina as relações sociais entre as pessoas. Pistrak condena os trabalhos domésticos, cansativos e frequentemente nocivos à saúde das crianças. Enfatiza a preocupação que a escola deve ter com os princípios da higiene pessoal, o trato do corpo, os dentes, as roupas, a cama, o material escolar e a organização da via cotidiana. Enfatiza também a necessidade de criar restaurantes e clubes como formas que permitem desenvolver a aptidão dos jovens para a vida e o trabalho coletivo, tendo como base “as tarefas domésticas coletivas” (p.50), como a manutenção da ordem e limpeza

dos quartos, a participação nas tarefas da cozinha e distribuição dos alimentos preparados. As crianças devem também participar cuidando dos jardins e dos parques públicos, plantando árvores e conservando as belezas naturais, organizando campos de jogos e práticas esportivas, enfim, associando as iniciativas da escola às de outros órgãos administrativos. Em suma, a escola deve ser um centro cultural capaz de participar da vida social.

Pistrak assume o papel da oficina profissional nas escolas, instituídas em outubro de 1918 por um Regulamento sobre a “Escola Única do Trabalho”, em que o trabalho na oficina escolar liga-se ao estudo dos ofícios artesanais, urbanos ou rurais, enfatizando seu valor específico. Enquanto as crianças menores trabalham com tecido, papel e papelão, as maiores trabalham com metais e madeira. Para Pistrak, isto é essencial para o ensino de questões como a divisão de trabalho e o trabalho mecanizado: o aluno compreenderá melhor a mecânica e a essência do maquinismo se utilizar ferramentas diferenciadas. Além disso, ele perceberá melhor a correspondência entre as ferramentas e um material determinado e as melhores maneiras de trabalhá-lo, e os diferentes tratamentos que esse material deve sofrer (plaina, ajuste e encaixe) numa oficina de marceneiro. Da mesma forma, uma oficina de marcenaria, de mecânica ou de papelão deve dar espaço à criatividade técnica do aluno, tendo em vista a construção de uma nova sociedade.

O estudo do trabalho em madeira e metal constitui a introdução à técnica geral. a oficina escolar, quando o aluno chega ao sexto ano escolar, pode oferecer uma introdução à técnica geral da produção moderna e da organização científica do trabalho. Isso implica uma seleção metódica das encomendas dos trabalhos,



da graduação das dificuldades de sua produção e da complexidade dos métodos de trabalho.

Pistrak salienta a necessidade de toda escola de primeiro grau possuir uma área no campo, variável entre meio e um hectare, pois a escola rural deve “divulgar no campo a influência cultural da cidade” (p. 62). A escola rural variará suas atividades em função do ritmo de trabalho no campo e das estações do ano; o trabalho agrícola na escola deve ser considerado um problema pedagógico que leve a criança à compreensão da aliança operário-camponesa e, portanto, da realidade atual. No campo, a escola é o centro cultural mais importante, daí sua importância em formar os organizadores do futuro, conquistando o apoio da população, mostrando que a instituição infantil está à altura de suas tarefas sociais.

Igualmente importante é a fábrica, um fenômeno da realidade atual, relacionado com o ambiente social onde a grande produção é o resultado da união da técnica com a economia. Assim, para Pistrak, o estudo da força motriz de uma fábrica e das diferentes formas de energia levam ao da geografia econômica e à compreensão da luta imperialista pelas fontes energéticas. O estudo das matérias-primas, base da produção, coloca a questão da agricultura, geografia econômica e do entrelaçamento entre a tecnologia e a técnica. A máquina-ferramenta conduz a questões econômicas e técnicas, fundamentadas na física, matemática e química, e situa o papel do rendimento do trabalho. Por sua vez, situando-se o operário como ponto de partida, pode-se abordar as questões como as classes sociais, o salário, o sindicato, a ligação do operário com o camponês e com o Partido, a condição feminina e o trabalho. Afirma Pistrak:

“Toda a realidade atual desemboca na fábrica” (p. 67).

A atitude da escola em relação à fábrica situa esta como ponto privilegiado de entrecruzamento de relações, justificando ante os olhos do aluno o significado de seu trabalho. Como decorrência, a realidade colocará uma série de questões científicas cujas respostas a escola deve fornecer, efetivando assim a integração do trabalho com a ciência graças à educação no trabalho. O contato direto do aluno com a fábrica cria nele as emoções necessárias à educação social, impedindo que o ensino se mantenha acadêmico. Por isso, por isso, o aluno deve participar do trabalho na fábrica ao lado do operário ou do aprendiz – o que oficina da escola não possibilita: “o que é importante, do ponto de vista pedagógico, é que as crianças tenham o sentimento de colaborar na produção; o que também é importante é que tenham a liberdade de estudar a fábrica em todas as suas partes” (p. 69). Daí a importância para Pistrak de as crianças participarem da vida da fábrica, as assembleias gerais, das cooperativas, dos clubes das células do Partido, das festas revolucionárias e das campanhas contra o analfabetismo, de modo a formar homens que entendam o mecanismo de funcionamento da economia, participando de sua elaboração. Para isso, é necessário que o administrador, o engenheiro, o operário, compreendam a importância do trabalho infantil e da Escola do Trabalho. Segundo Pistrak, o trabalho na fábrica deve começar a partir do sexto ou sétimo ano de estudos.

A área do chamado “trabalho improdutivo” (escritório, contabilidade, administração, estatística, escola, biblioteca, clube, serviço sanitário e médico) também necessita de mão de obra e, por isso, Pistrak acentua que a formação política dos trabalhadores desse setor é tão importante quando ao do



trabalhador qualificado do setor industrial. Segundo Pistrak, a escola do proletariado deve ser nessas funções trincheiras de luta pela edificação de um novo regime.

Para Pistrak a escola elementar de primeiro grau deve ter a duração de quatro anos. Nas regiões industriais, a instrução obrigatória deve ser de sete anos, seguida de Escola da fábrica que se responsabiliza pela formação profissional. Na área rural a escola elementar é continuada pela Escola da Juventude Camponesa com duração de três anos, formando no conjunto uma escola específica de sete anos de formação agrícola. A escola de segundo grau é de nove anos e não deve servir unicamente de preparatório para a universidade. Ao contrário, ela ter um objetivo determinado no quadro da construção de uma nova sociedade, preparando os alunos para tarefas administrativas e intelectuais; deve pois enfatizar a formação profissional sem perder de vista uma formação geral que possibilite ao educando a compreensão da totalidade do social. Acentua Pistrak que o trabalhador do setor de serviços precisa de “uma boa preparação geral, de uma boa introdução de conjunto ao estudo de uma determinada profissão e de um conhecimento perfeito de uma forma precisa de trabalho” (p. 75).

Para Pistrak, o objetivo da escola é o de formar crianças para serem trabalhadores completos, daí a necessidade de ela fornecer uma formação básica técnica e social que possibilite o educando orientar-se na vida real. Ela deve ser prática para facilitar ao aluno a transição entre o universo escolar e a totalidade social, ensinando-o a elevar-se do problema prático para uma concepção teórica geral. Ela também se propõe a formar homens para exercer funções de auxiliar ou ajudante, para o que a escola-

laboratório é ineficaz. Por isso, é necessário que as crianças do segundo ciclo do segundo grau fiquem um certo número de horas por semana ligadas a alguma empresa, e que, por sua vez, o trabalho que realizam seja inserido na escola, para ser explicado e aprofundado cientificamente.

A organização do trabalho na escola prepara as crianças para o trabalho na sociedade: o aluno parte das obrigações mais simples exigidas no processo de trabalho, adaptando-se aos hábitos técnicos, para chegar à vivência e à compreensão do trabalho social da escola, na qualidade de membro da coletividade escolar. “A entrada do aluno na vida depois da escola deixa de ser um salto no desconhecido, tornando-se uma transição bastante fácil e, quanto mais desapercibida, melhor será para o aluno” (p. 77). O essencial é desenvolver a especialização do aluno numa profissão determinada sem criar subdivisões excessivas, respeitando o gosto do aluno na escolha tanto do emprego como dos grupos a que queira pertencer, e, ao mesmo tempo, criar as condições para que o ensino coletivo da teoria geral seja vinculado às tarefas individuais relacionadas à atividade prática do aluno.

As diversas etapas da atividade prática do segundo ciclo implicam numa etapa de orientação durante o oitavo ano escolar. Ela permite ao aluno a compreensão das formas de trabalho, de suas relações com o real, levantando os problemas teóricos ligados a uma profissão determinada. Surge daí a possibilidade da revisão teórica dos princípios básicos de um ou mais ramos de atividade, e a passagem para a etapa da execução do trabalho na área escolhida. Na segunda etapa, Pistrak prevê a ocorrência de uma íntima ligação entre a formação básica e a técnica; na terceira etapa realiza-se o trabalho fundado na iniciativa do aluno, que



consiste em resolver um problema prático determinado. A passagem da escola à vida, para Pistrak, se dá por mediações através de “projetos” ou de “iniciativas”: seis meses antes do término dos estudos abandona-se o trabalho puramente teórico, dedicando-se o aluno à prática e ao “projeto” que deve executar, usando seus próprios recursos. Modifica-se assim o significado tradicional de “fim dos estudos”. Explica Pistrak: “Temos ainda o hábito de impor aos alunos que chegaram ao fim de seus estudos escolares a passagem por um purgatório de provas de todos tipos e nomes: composições, trabalhos trimestrais, trabalhos práticos, revisão de conhecimentos, etc. simples camuflagem dos exames infernais!” (p. 79).

Por outro lado, para Pistrak, o trabalho na União Soviética não deve mais ter um caráter explorador. Por isso – e para que haja o aumento da produção e a reforma da administração – ele propõe que os princípios da “organização científica do trabalho” se transformem em um instrumento de libertação, através da consolidação de condições diferentes das existentes no Ocidente capitalista. Neste, estes princípios são instituídos de cima para baixo; “nós, ao contrário, só poderemos realizar a organização científica do trabalho de baixo para cima, (...) como meio de consolidar o que já realizamos em termos de revolução social” (p. 81).¹

Pistrak, porém, não recomenda a introdução de uma disciplina denominada Organização Científica do Trabalho, nem a adoção de qualquer espécie de manual a respeito. Isto porque, para ele, tal disciplina só se torna compreensível por sua aplicação à realidade do trabalho, e, por isso, ressalta a importância da “vivência” da organização científica do trabalho ligada à vida e aos hábitos quotidianos. Por exemplo, Pistrak propõe

na escola que se registre o tempo através do relógio: assim a organização da escola, as reuniões aos sábados, a organização de uma festa ou de uma excursão para um local longínquo, passam a depender sempre de um plano de trabalho previamente definido e, torna possível a prática do balanço do que foi efetivamente realizado. Isso implica, segundo Pistrak, desenvolver nas crianças o gosto pelas formas racionais de cálculos e planos. É de se acentuar que tais princípios numa realidade russa, onde pesava a herança do *mujik* (camponês) com sua desorganização e apatia, se constituíam num avanço, embora por linhas travessas.

Assim, Pistrak concebia o ensino, a “formação básica”, como equivalente à soma de conhecimentos e de técnicas adaptados a uma idade determinada, necessários a uma compreensão dialética da vida moderna. Enquanto que na velha sociedade os conhecimentos científicos “tinham a qualidade de poder ser esquecidos facilmente e definitivamente, mesmo depois dos mais ferozes exames” (p. 95), na nova escola, a ciência deve ser ensinada como meio para conhecer e transformar a realidade, no quadro de seus mais amplos objetivos, isto é, como conhecimentos científicos cuja necessidade seja incontestável, que ajudem os alunos “a se apropriarem solidamente dos métodos científicos fundamentais para analisar as manifestações da vida” (p. 95). Nessa medida, as disciplinas isoladas e independentes devem ser agrupadas em torno dos principais temas de estudo, já que as disciplinas científicas, analisam a mesma matéria: a realidade.

A aplicação desses princípios sofreu algumas dificuldades, e após a Revolução, a reação aos programas estabelecidos “do alto” levou a escola à anomia, ao vácuo. Na tentativa de



resolver o problema, o Comissário para a Instrução Pública editou, em 1920, o “Programa Modelo para Escola Soviética Única”, com caráter meramente indicativo, permitindo que as escolas vinculassem os programas à realidade local. Não eram, porém, definidas as relações entre os Programas e os objetivos. O “Programa do Conselho de Instrução Pública” marcaria uma mudança nesse sentido. Ele ofereceu um critério de seleção de disciplinas, confirmando ou não a importância de cada uma; enfatizou a importância da técnica no que se refere à física e à química; o estudo da biologia foi vinculado à produção; faz-se a ligação entre a história da natureza e da sociedade (por exemplo, a relação entre a técnica e a economia). Isso significa trabalhar todo o ensino através da síntese. Ressalta Pistrak que os Programas de Ensino devem ser amplos Programas de Educação, onde a instituição central oferece a linha geral dos programas, cabendo à escola sua adaptação à realidade local: “Os programas devem ser formulados em harmonia com a autonomia escolar. É necessário, no mínimo, que levem em consideração a auto-organização dos alunos” (p. 97).

A organização do programa de ensino, segundo Pistrak, deve orientar-se através dos “complexos”, cujo tema é escolhido segundo os objetivos da escola. O critério para seleção dos temas do complexo deve ser procurado no plano social e não no plano meramente pedagógico. O complexo deve ter significado relevante no âmbito social, de modo que permita ao aluno a compreensão do real. Trata-se de selecionar um tema fundamental que possua um valor real, e que depois possa ser associado sucessivamente aos temas de outros complexos. O estudo de complexos só tem sentido na medida em que “eles representam uma série de elos

numa única corrente, conduzindo à compreensão da realidade atual” (p. 108)

Por exemplo, o complexo “Homem” permite uma análise do ser humano do ponto de vista biológico, da sua humanização pelo trabalho, do questionamento das formas históricas de trabalho (dependente ou livre), da luta contra a exploração do trabalho. Assim, o complexo seguinte “Revolução de Outubro” permite que o aluno analise o seu papel na luta por melhores condições de trabalho e vida; dessa maneira, os dois complexos articulam-se mutuamente. Além disso, o complexo possui uma periferia que permite escapar aos limites do objeto preciso, articulando-o com temas mais gerais. Isso possibilita generalizações a partir de cada complexo, que serão tanto mais abrangentes quanto maiores forem as crianças.

Tal sistema de complexos é facilitado no primeiro grau na medida em que um só professor ministra todas as disciplinas; complica-se ao segundo grau com a existência de disciplinas isoladas ministradas por vários professores. No primeiro grau, devido à dificuldade das crianças em fixarem-se num objeto preciso durante longo tempo, os temas do complexo podem ser tratados durante três semanas no máximo. O programa do terceiro e do quarto ano compreenderia de cinco a sete temas adaptados a um mês ou a seis semanas de trabalho. Durante o quinto, sexto e o sétimo anos, o período aumenta para cinco meses; o sétimo e os demais anos podem ser ocupados por um único complexo.

Durante os primeiros anos de ensino, a base do complexo deve ser fornecida por temas concretos no âmbito visual da criança; com o tempo, as generalizações tornam-se possíveis. Na escola de segundo grau, “o trabalho deve ser mais aprofundado, baseando-se no estudo dos próprios fenômenos, na sua correlação



interna, na lógica interna de seu desenvolvimento. É só depois de um estudo sério dos tipos, dos fenômenos isolados, que se torna possível sua análise aprofundada, e a elaboração de uma síntese ulterior destes fenômenos pode ser realizada de forma integral” (p. 112).

O trabalho baseado em complexos muda conforme a idade dos alunos: simples para as crianças no início dos estudos, quando o estudo do complexo dura duas semanas, este se enriquece na medida em que as crianças crescem; o tema é desmembrado numa série de temas secundários, desde que não se perca de vista as relações mútuas que estes mantêm entre si e com o tema central. No segundo grau, já não se trata mais de concentrar todas as disciplinas em torno de um tema qualquer, mais de subordiná-las a uma ideia diretriz, a um único objetivo. O complexo é um meio, acentua Pistrak, não um fim em si. Pois é indiscutível que há mais de um método de exposição possível para qualquer disciplina. A seleção de um deles depende dos objetivos a alcançar. Assim, a ordem do curso pode e deve ser modificada – dentro de limites – segundo o objetivo geral definido pela organização das disciplinas em complexos. Cabe ao professor situar sua disciplina no plano geral da escola e, com base nesta síntese, organizar o programa da disciplina para todo o ano. Mas, alerta Pistrak, só o exame coletivo dos programas de cada disciplina garante o êxito do trabalho. Tudo isso implica um trabalho coletivo dos educadores no segundo grau, subordinados às necessidades gerais, onde cada especialidade tem seu lugar nos objetivos gerais do ensino.

Isso só tem sentido se for compreendido pelos alunos – caso contrário é melhor renunciar ao complexo, ensina Pistrak. O papel do complexo é treinar a criança no

método dialético, e isso só pode ser conseguido “na medida em que ela assimile o método na prática, compreendendo o sentido de seu trabalho” (pp. 118-119) O estudo pelo sistema de complexo só é produtivo se estiver vinculado ao trabalho real dos alunos e à sua auto-organização na atividade social prática interna e externa à escola. Pistrak enfatiza a necessidade de estruturar complexos geradores de ação. Uma ação determinada pode ser a razão de um complexo. Isto é importante para o educador organizar a atividade profissional das crianças e dirigir o trabalho social da escola. O método dos complexos representa para Pistrak uma ruptura com a pedagogia burguesa, possibilitada pela Revolução.

Pistrak critica o Plano Dalton de ensino que destrói o trabalho coletivo enfatizando que cada aluno deve responder por si e pelo seu trabalho, obrigando-o a assinar uma espécie de contrato individual com a escola, e que desmembra o programa através de uma distribuição mensal formal e rígida. Neste caso, o tema é escolhido em função de sua duração e não em função de sua importância, e se restabelece o sistema de exames onde o aluno empreende um trabalho por disciplina e em cada mês. Destrói-se assim o sistema de aulas coletivas, e os deveres escritos acabam se constituindo em tarefas que obrigam os alunos a formar em fila para entregarem mensalmente os “deveres” ao professor. Pistrak reconhece, no entanto, os aspectos positivos do Plano Dalton: este garante a independência do trabalho e a possibilidade da passagem ao método experimental (que não se reduz ao método de laboratório). Pistrak admite a possibilidade de “readaptação” do Plano Dalton de ensino desde que não se perca de vista o trabalho técnico, o programa oficial, o sistema de complexos e a auto-organização dos alunos.

Auto-organização dos alunos: é aqui que Pistrak define uma característica fundamental da escola, e revela-se nessa medida, o continuador dos teóricos que definiram os princípios educacionais da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional – Proudhon, Bakunin e Marx). Para Pistrak, a auto-organização não deve ser “usada” para manter o autoritarismo professoral. Para ele, um pode como o Soviete só pode existir através da ação direta das massas. Fundamenta-se ele em Lenin, na obra *O Estado e a Revolução*, quando o autor define o Estado Proletário como um Estado que começa a se extinguir enquanto órgão repressivo no dia seguinte de sua criação. O reflexo educacional dessa orientação é a auto-organização das crianças através do “coletivo infantil”. Pistrak caracteriza o “coletivo” como uma estrutura onde não só as crianças mas os homens em geral “estão unidos por determinados interesses, dos quais têm consciência e que lhes são próximos” (p. 137).

A escola será a base desse coletivo infantil no dia em que se constituir como centro da vida infantil e não somente como o lugar de sua formação; quando for capaz de transformar os interesses e as emoções individuais em fatos sociais, fundados na iniciativa coletiva e na responsabilidade correspondente, através da auto-organização. Esta pode surgir em relação aos problemas de higiene na escola: isso leva à formação de um jornal que retrate as preocupações com o ensino e a atividade social; a auto-organização surge como uma ação que responde ao concreto. Segundo Pistrak, sua imposição do “alto” seria totalmente postíça. Nesse processo, o papel do “pedagogo” é o de facilitar as crianças, sem esmagar suas iniciativas sob sua autoridade, nem abandoná-las a pretexto de não intervir: um meio termo é fundamental.

A auto-organização das crianças não necessita obrigatoriamente ser explicitada através de uma “Constituição” escrita, pois isso enrijeceria e burocratizaria um processo que deve ser móvel, adaptável a cada momento. Algo desse tipo só pode ser então concebido como um plano de atividade autônomo, mutável conforme as circunstâncias. As crianças devem ter a noção de que qualquer Assembleia de seus iguais pode mudar os “artigos” desse plano, se assim for o desejo das crianças que constituem o coletivo infantil.

No lugar da “justiça infantil” das escolas burguesa, Pistrak propõe que Assembleia geral das Crianças – em que o professor é apenas um membro – tenha poderes para julgar comportamentos de outras crianças. Como exemplo, apresenta a experiência das Comunas de Trabalho onde, foram recolhidos menores com problemas de conduta: ladrões, viciados em cocaína, jovens prostitutas. O êxito dessas colônias se deveu ao fato de elas se fundarem na autoridade do coletivo e na auto-organização, e serviu para mostrar “que estes viciados em cocaína, ladrões, prostitutas de 12 anos, etc., que foram levianamente classificados na categoria de crianças marcadas pela ‘insuficiência moral’ e irremediavelmente perdidas, são, na realidade, crianças brilhantes, ativas, capazes, de grande iniciativa, mas pervertidas pela vida, e que encontram condições quando o coletivo infantil tem possibilidade de se desenvolver, de crescer pelos seus próprios meios e de se organizar numa base social. Tudo se explica pelo coletivo infantil” (pp. 150-151).

A auto-organização das crianças é uma escola de responsabilidades assumidas, onde as atividades infantis se definem, desde a conservação da limpeza do prédio, a divulgação de normas



higiênicas, a organização de sessões de leitura, o registro dos alunos, até espetáculos e festas escolares, a biblioteca e o jornal escolar. Isso inclui a participação das crianças na administração financeira das escolas. A cooperativa escolar, que fornece o material escolar e a alimentação é também uma das muitas formas de auto-organização. Pistrak acentua a importância do contato entre as diversas organizações infantis e outras escolas fundadas na auto-organização. A participação das crianças no trabalho pedagógico através de sua representação no Conselho Escolar (onde constituem a metade) é fundamental. Pistrak lamenta que essa proporção de representação tenha sido diminuída posteriormente, pois, na medida em que as crianças sintam que são criadoras orgânicas da escola, elas podem perfeitamente tomar parte do trabalho de sua administração e da sua prática educativa. Fundamental importância é a recepção que os veteranos oferecem aos calouros.

Todos os cargos do coletivo deverão ser preenchidos por eleição através da Assembleia Geral das Crianças, a qual se constitui na autoridade suprema e no princípio fundamental do coletivo. A duração das funções elegíveis é fixada a noventa dias, e deve-se “orientar as crianças para a renovação constante dos organismos elegíveis, dando lugar aos novos e fazendo os administradores veteranos voltar às fileiras” (p. 157). Rotatividade nos cargos para impedir a formação de crianças “especialistas” em

administrar, relegando as demais na passividade, é a meta de Pistrak em relação ao coletivo infantil. Em suma, “a criatividade deve ser o objeto de uma educação, conforme os objetivos fundamentais ditados à escola pelo período atual do poder soviético” (p. 158).

Pistrak fundamenta, portanto, uma proposta educacional baseada na auto-organização das crianças e na autonomia exercida ativamente através da cooperação infantil consciente. Nesse sistema, o professor será o amigo, o companheiro mais velho. Vinte anos depois, na Espanha, a C. N. T. (Confederação Nacional do Trabalho)² implantaria, entre 1936 e 1939, igual esquema educativo fundado na auto-gestão e na liberdade, mas isso é outra história.

Pelo que enunciamos anteriormente, Pistrak insere-se na linha dos grandes educadores, para quem a educação é também uma forma de ação político-social, que não se limita a interpretar o mundo, mas que procura pela prática educativa, desenvolver uma ação transformadora do real. É o grande educador da III Internacional, assim como Kautsky o fora da II Internacional, e como Bakunin, Proudhon e Marx que desenvolveram as propostas pedagógicas da I Internacional. No que se refere à educação, o movimento operário internacional sempre esteve presente, como prova a Escola do Trabalho de Pistrak, uma real contribuição à pedagogia socialista.

¹ A reciclagem do taylorismo proposta por Pistrak é altamente discutível. A respeito da organização científica do trabalho como arma anti-sindical do patronato norte-americano e suas implicações políticas e sociais, veja-se M. Tragtenberg, *Burocracia e Ideologia*, SP, Ed. Ática. A respeito da organização científica do trabalho e seu

conteúdo repressivo pela ênfase do objeto (produtividade) em detrimento do sujeito (produtor), veja-se Fléron, *O taylorismo como ideologia política repressiva: a experiência comunista*, SP, FGU, mimeo.

² Cf. Safró. *La Educacion em la Espana Revolucionaria*, Ed. La Piqueta.